

CAPÍTULO 7

COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO E INOVAÇÃO SOCIAL

Alessandra de Souza Santos

1 INTRODUÇÃO

Em um contexto de sociedade da informação, caracterizada por avanços tecnológicos rápidos e massivos, as mudanças decorrentes da constante desconstrução tecnológica afetam a forma como os sujeitos interagem no dia a dia com o mundo, o que confere desvantagem àqueles que não conseguem acompanhar esses ciclos e dominar a tecnologia (ZAPATA *et al.* 2017). Como o conhecimento representa um “recurso econômico básico” (DRUCKER, 1994, p. 7) da sociedade pós-capitalista, é primordial que os indivíduos saibam não somente utilizar recursos tecnológicos disponíveis, mas também desenvolver competências de busca, acesso, análise e uso de informações de maneira crítica e analítica, para a conversão do conhecimento individual em coletivo na tomada de decisão (OTTONICAR; VALENTIM; FERES, 2016).

Para Dagnino (2006, p. 50), o conceito de inovação social se refere ao “[...] conhecimento – intangível ou incorporado a pessoas ou equipamentos, tácito ou codificado – que tem por objetivo o aumento da efetividade dos processos, serviços e produtos relacionados à satisfação das necessidades sociais”. Partindo desse conceito, evidencia-se a ligação entre a disseminação da informação e a inovação social, corroborando a noção de que o acesso à informação pode alavancar o

potencial de aprendizagem dos indivíduos, proporcionando-lhes capacidade de transformação social (BERTIN; LEITE; PEREIRA, 2009, p. 2-3).

Albagli (2006) e Bertin, Leite e Pereira (2009) enfatizam que os processos e estratégias de desenvolvimento e inclusão social são indissociáveis das dinâmicas e políticas de informação, conhecimento, aprendizado e inovação. Para Albagli (2006), tão importante quanto a capacidade de produzir novo conhecimento é a capacidade de processar, adaptar e converter conhecimento em inovação de acordo com as necessidades e especificidades organizacionais ou locais.

Vindo ao encontro desse entendimento, a *United Nations Educational, Scietific, and the Cultural Organization* (UNESCO, 2007; 2013a) considera a competência em informação como uma das competências essenciais para a sobrevivência no Séc. XXI, uma vez que, para ser competente em informação, é necessário saber usá-la ética e criticamente em contextos sociais adequados, reconhecendo e determinando a credibilidade das fontes de informação e compatibilizando métodos de pesquisa e uso de tecnologias à necessidade informacional; organizando, sintetizando informações obtidas de múltiplas fontes de forma a gerar sentido. (ASSOCIATION OF COLLEGE AND RESEARCH LIBRARIES, 2015).

Em suma, Righetto e Vitorino (2020, p. 48), enfatizam que

[...] a validação da competência em informação como movimento de inovação social se dá pela premência do “aprender a aprender”,

impulsionado pela reorganização da informação e do conhecimento contemporâneo, uma vez que é necessário para as pessoas o entendimento e o reconhecimento das necessidades de informação, como se a utiliza e como se procede ao processo de comunicação do conhecimento gerado.

Partindo da premissa de que os processos e estratégias de desenvolvimento e inclusão social são indissociáveis das dinâmicas e políticas de informação, conhecimento e aprendizado, o presente capítulo buscou verificar estudos que abordem competência em informação e inovação social, por meio de revisão sistemática de literatura, realizada nas bases de dados de acesso aberto SciELO, BRAPCI e Redalyc, para responder à questão se a competência em informação tem sido correlacionada à inovação social na literatura.

2 COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO

A competência em informação (*information literacy*) é um termo cunhado em 1974 por Paul G. Zurkowsky, advogado e bibliotecário estadunidense, então presidente da Information Industry Association (CORRÊA; CASTRO JÚNIOR, 2018). A competência em informação caracteriza-se como prática sociocultural complexa, discursivamente situada por meio de conexões e redes existentes entre pessoas, artefatos, textos e experiências (LLOYD, 2007), requerendo usuários críticos para os processos de uso, criação e produção de informação e conhecimento (UNESCO, 2013b).

A *Association of College and Research Libraries* (ACRL), responsável pelos padrões de competência em informação para o ensino superior nos Estados Unidos, define competência em informação como sendo um conjunto de habilidades integradas

que incluem a descoberta reflexiva da informação, a compreensão sobre processos de produção e valorização da informação e o uso crítico e ético da informação na criação de novos conhecimentos e em seu uso social (ASSOCIATION OF COLLEGE AND RESEARCH LIBRARIES, 2015), não se restringindo, portanto, ao domínio do uso da tecnologia.

Para Belluzzo (2017, p. 62), a competência em informação:

Constitui-se em processo contínuo de interação e internalização de fundamentos conceituais, atitudinais e de habilidades específicas como referenciais à compreensão da informação e de sua abrangência, em busca da fluência e das capacidades necessárias à geração do conhecimento novo e sua aplicabilidade ao cotidiano das pessoas e das comunidades ao longo da vida.

Segundo Martin Valdunciel (2018), o discurso da competência em informação encontrou respaldo incondicional de organismos internacionais, como o *National Forum on Information Literacy* ou o *Institute for Information Literacy*, ambos nos Estados Unidos da América. Em 2003, durante o *Information Literacy Meeting of Experts*, organizado pela *National Commission on Library and Information Science* e o *National Forum on Information Literacy*, com apoio da UNESCO, firmou-se a Declaração de Praga, segundo a qual:

- A criação de uma Sociedade da Informação é a chave para o desenvolvimento social, cultural e econômico das nações e comunidades, instituições e indivíduos a partir do século 21.

- A competência em informação englobe o conhecimento sobre preocupações e necessidades informacionais de um indivíduo e a habilidade de identificar, localizar, avaliar, organizar e criar, usar e comunicar efetivamente informação para solucionar problemas; ela [a competência em informação] é pré-requisito para a efetiva participação na Sociedade da Informação, e é parte do direito humano básico ao aprendizado ao longo da vida.
- A competência em informação, em conjunto com o acesso à informação essencial e uso efetivo de tecnologias de informação e comunicação desempenham papel de liderança na redução das desigualdades dentro e entre os países, e na promoção da tolerância e da compreensão mútua por meio do uso informacional em contextos multiculturais e multilíngues. (UNESCO, 2003, p. 1, tradução nossa).

Outro encontro de nível mundial ocorreu em Alexandria, tendo como resultado a Declaração de Alexandria, que surgiu a partir de um encontro realizado pela Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias (IFLA) juntamente com a Unesco. Segundo a Declaração de Alexandria:

[...] a competência informacional e o aprendizado ao longo da vida são os faróis da Sociedade da Informação, iluminando os caminhos para o desenvolvimento, a prosperidade e a liberdade.

A competência informacional está no cerne do aprendizado ao longo da vida. Ele capacita as pessoas em todos os caminhos da vida para buscar, avaliar, usar e criar a informação de forma efetiva para atingir suas metas pessoais, sociais,

ocupacionais e educacionais. É um direito humano básico em um mundo digital e promove a inclusão social em todas as nações. (INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS; UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION, 2005, p. 1).

Complementarmente, Dudziak, Ferreira e Ferrari (2017) apresentam os principais marcos políticos da competência em informação, representados por declarações, manifestos e recomendações definidos por organizações internacionais como a UNESCO e a IFLA e por entidades nacionais.

Para Ottonicar, Valentim e Feres (2016), a competência em informação abrange diversos contextos sociais, uma vez que se trata de habilidades, atitudes e comportamentos que podem ser apreendidos e desenvolvidos. Segundo as autoras o contexto político envolve saber como buscar informação, analisá-la e usá-la criticamente; o contexto tecnológico envolve saber manejar as tecnologias de informação e comunicação, desenvolvendo-se habilidades para acessar, buscar, interagir e utilizar recursos tecnológicos disponíveis; o contexto educacional envolve desenvolver um trabalho colaborativo/cooperativo visando à melhoria contínua do processo de ensino-aprendizagem; o contexto organizacional envolve saber identificar necessidades informacionais, usar fontes de informação relevantes, selecionar e usar informação pertinente para tomada de decisão eficaz.

Para Dudziak (2007, p. 95), a competência e informação “[...] surge como elemento chave ao desenvolvimento sustentável e, mais especificamente, à sustentabilidade social”.

No mesmo sentido, segundo Vitorino e Piantola (2011), a competência em informação apresenta um papel social preponderante na construção e manutenção de uma sociedade livre e democrática e sua definição enfoca quatro dimensões interconectadas e relacionadas à informação, conforme se depreende do quadro 1.

Quadro 1: Dimensões da competência em informação

Dimensão Técnica	Dimensão Estética	Dimensão Ética	Dimensão Política
Meio de ação no contexto da informação. Consiste nas habilidades adquiridas para encontrar, avaliar e usar a informação de que precisamos. Ligada à ideia de que o indivíduo é aquele capaz de acessar com sucesso e dominar as novas tecnologias.	Criatividade sensível. Capacidade de compreender, relacionar, ordenar, configurar e ressignificar a informação. Experiência interior, individual e única do sujeito no lidar com os conteúdos de informação e sua maneira de expressá-la e agir sobre ela no âmbito coletivo.	Uso responsável da informação. Visa à realização do bem comum. Relaciona-se a questões de apropriação e uso da informação, tais como propriedade intelectual, direitos autorais, acesso à informação e preservação da memória do mundo.	Exercício da cidadania. Participação dos indivíduos nas decisões e nas transformações referentes à vida social. Capacidade de ver além da superfície do discurso. Considera que a informação é produzida a partir de (e em) um contexto específico.

Fonte: Vitorino e Piantola (2011, p. 109).

Essas dimensões são interdependentes e complementares (VITORINO; PIANTOLA, 2011) e abordam

saberes práticos de acesso e uso de sistemas informacionais, capacidade criativa do indivíduo de ressignificar informação, a compreensão de aspectos éticos de uso responsável da informação e a compreensão do contexto social, histórico, político no qual o indivíduo se insere.

Corroborando essa visão, o desenvolvimento da competência em informação, cerne da aprendizagem ao longo da vida (UNESCO, 2013a), torna-se essencial para o pleno desenvolvimento humano em todas as suas dimensões (profissional, pessoal, ética, política). Nesse sentido, Dudziak (2007) afirma que o lócus das atividades de competência em informação tende a se alterar do foco tecnológico funcionalista para o reconhecimento holístico do indivíduo, visando o seu empoderamento, autonomia e participação social.

Na mesma direção, Hatschbach e Olinto (2008) entendem que a competência em informação serve de instrumento para o uso da informação como fator de inclusão social. Para tanto, Calvo Sanchez (2018) enfatiza que os processos de acesso à informação e de desenvolvimento de competência em informação devem ser planejados conforme as condições socioeconômicas e culturais das comunidades com a proposição de suportes e formas de acesso diversos, levando-se em consideração os níveis de escolaridade e as necessidades informacionais locais.

Em contraponto à visão desenvolvimentista da competência em informação, Martin Valdunciel (2018, p. 131, tradução nossa) adverte, contudo, que o progresso prometido pela competência em informação não se concretizou, uma vez que “[...] a alfabetização das sociedades pós-modernas está no

centro dos novos modos de acumulação e exploração, apoiados, em parte, no consumo e produção de informação e comunicação”.

Entretanto, acredita-se que a competência em informação pode “[...] promover uma cultura de consumo inteligente, solidária e inclusiva, disseminar princípios éticos, estéticos, políticos e técnicos, ao longo da disseminação da informação de si”. (FORESTI *et al.* 2018, p. 8-9) ao contrapor os processos de inovação social a processos socioeconômicos de caráter hegemônico, desempenhando assim um papel de revitalização social e de desenvolvimento local a partir da inovação social. Seguindo-se essa lógica, evidencia-se Valentim, Jorge e Ceretta-Soria (2016) e Righetto e Vitorino (2020), que entendem que a competência em informação possui uma função social importante para qualquer tipo de sociedade ou organização, sendo que Righetto e Vitorino (2020) sugerem a competência em informação como sendo um movimento de inovação social.

3 CONHECIMENTO E COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO COMO INOVAÇÃO SOCIAL

Segundo Bignetti (2011), a inovação social resulta do conhecimento aplicado a necessidades sociais por meio da participação e da cooperação dos atores envolvidos, gerando soluções novas e duradouras para grupos sociais, comunidades ou para a sociedade em geral.

A inovação social pode também ser definida como

[...] a interação entre duas dinâmicas: por um lado, a de estratégias para satisfazer as necessidades

humanas (e, antes de tudo, as necessidades básicas) e, por outro, a inovação nas relações sociais (particularmente em questões de governança), necessária para o sucesso das estratégias. (DE MURO *et al.*, 2007, p. 25-26, tradução nossa).

Para André e Abreu (2006), a inovação social pode ser compreendida como uma resposta nova e socialmente reconhecida que visa e gera transformação social, compreendendo três atributos: (i) satisfação de necessidades humanas não satisfeitas pelo mercado; (ii) promoção da inclusão social; e (iii) capacitação de agentes ou atores sujeitos a processos potenciais ou efetivos de exclusão/marginalização social, com consequente mudança (mais ou menos intensa) das relações de poder.

O conceito de inovação social é multidimensional e tem passado por várias formulações, conforme se depreende do Quadro 2.

Quadro 2: Definições de inovação social segundo diferentes autores e fontes

Autor	Conceito
Taylor (1970)	Formas aperfeiçoadas de ação, novas formas de fazer as coisas, novas invenções sociais.
Dagnino e Gomes (2000 <i>apud</i> Dagnino et al, 2004)	Conhecimento – intangível ou incorporado a pessoas ou equipamentos, tácito ou codificado – que tem por objetivo o aumento da efetividade dos processos, serviços e produtos relacionados à satisfação das necessidades sociais.
Cloutier (2003)	Uma resposta nova, definida na ação e com efeito duradouro, para uma situação social considerada insatisfatória, que busca o bem-estar dos indivíduos e/ou comunidades.

Standford Social Innovation Review (2003)	O processo de inventar, garantir apoio e implantar novas soluções para problemas e necessidades sociais.
Novy e Leubolt (2005)	A inovação social deriva principalmente de: satisfação de necessidades humanas básicas; aumento de participação política de grupos marginalizados; aumento na capacidade sociopolítica e no acesso a recursos necessários para reforçar direitos que conduzam à satisfação das necessidades humanas e à participação.
Rodrigues (2006)	Mudanças na forma como o indivíduo se reconhece no mundo e nas expectativas recíprocas entre pessoas, decorrentes de abordagens, práticas e intervenções.
Moulaert <i>et al.</i> (2007)	Ferramenta para uma visão alternativa do desenvolvimento urbano, focada na satisfação de necessidades humanas (e <i>empowerment</i>) através da inovação nas relações no seio da vizinhança e da governança comunitária.
Mulgan <i>et al.</i> (2007)	Novas ideias que funcionam na satisfação de objetivos sociais; atividades inovativas e serviços que são motivados pelo objetivo de satisfazer necessidades sociais e que são predominantemente desenvolvidas e difundidas através de organizações cujos propósitos primários são sociais.
Phills <i>et al.</i> (2008)	O propósito de buscar uma nova solução para um problema social que é mais efetiva, eficiente, sustentável ou justa do que as soluções existentes e para a qual o valor criado atinge principalmente a sociedade como todo e não indivíduos em particular.
Pol e Ville (2009)	Nova ideia que tem o potencial de melhorar a qualidade ou a quantidade da vida.

Murray <i>et al.</i> (2010)	Novas ideias (produtos, serviços e modelos) que simultaneamente satisfazem necessidades sociais e criam novas relações ou colaborações sociais. Em outras palavras, são inovações que, ao mesmo tempo, são boas para a sociedade e aumentam a capacidade da sociedade de agir.
-----------------------------	--

Fonte: Bignetti (2011, p. 6).

Para Bignetti (2011), a variedade das noções sobre a inovação social demonstra primordialmente como esse tipo de inovação procura beneficiar os seres humanos antes de tudo, em contraponto às noções econômicas tradicionais sobre inovação, que buscam fundamentalmente benefícios financeiros.

Segundo André e Abreu (2006), a inovação social limitava-se aos domínios da aprendizagem (ensino e formação) e do emprego (organização do trabalho) entre os anos 1960 e 1980 do Séc. XX. A partir dos Anos 1980, seguindo a mesma linha, a inovação social surge também ligada ao campo das políticas sociais e do ordenamento do território, associada a processos institucionais desenvolvidos por agentes dominantes. Perspectivas mais recentes distinguem definitivamente a inovação social da inovação tecnológica, devido ao seu caráter coletivo e à intencionalidade visando a transformações das relações sociais (ANDRÉ; ABREU, 2006).

Moulaert *et al.* (2005) enfatizam que a inovação social possui uma dependência histórica e é contextual, sendo que as mudanças decorrentes da inovação social não necessariamente têm que ser novidade, mas sim mudanças que possam envolver mecanismos “velhos” ou “boas” práticas sociais que funcionam do ponto de vista da inclusão social. Isso porque, a inovação

social compreende, principalmente, a inovação de processos que visam mudanças na dinâmica das relações sociais, inclusive nas relações de poder. No mesmo sentido, Bertin, Leite e Pereira (2009), esclarecem que, para que a inovação social aconteça, não interessa a originalidade de uma ideia, mas sim se ela é percebida pelo indivíduo e compartilhada por meios de disseminação de informação coletiva ou por canais de comunicação interpessoais.

Na visão de Dagnino (2006, p. 50), o conhecimento ganha *status* de inovação social, uma vez que é “[...] intangível ou incorporado a pessoas ou equipamentos, tácito ou codificado [...] [e que tenha] por objetivo o aumento da efetividade dos processos, serviços e produtos relacionados à satisfação das necessidades sociais”. Albagli (2006) reconhece a importância do chamado conhecimento implícito e tácito, não formalizado e não estruturado, construído nas práticas dos indivíduos, organizações, comunidades e regiões.

Para Righetto e Vitorino (2020), a vulnerabilidade em informação deve ser tratada como categoria política e social, alocada no cerne de crises contemporâneas. No mesmo sentido, segundo Bertin, Leite e Pereira (2009), o acesso à informação proporciona a capacidade de transformação social dos indivíduos, pois permite que o seu potencial de aprendizagem seja alavancado. Para os autores, “[...] as dinâmicas de informação, de conhecimento e de aprendizagem precisam ser entendidas como indissociáveis das estratégias de desenvolvimento e de inovação social” (BERTIN; LEITE; PEREIRA, 2009, p. 2-3). Albagli (2006) enfatiza a importância da capacidade de produzir novo conhecimento, a qual, segundo a

autora, está em processar, adaptar e converter o próprio conhecimento em inovação, conforme as necessidades e especificidades de cada organização ou localidade. Para a autora, o conhecimento criado a partir da realidade e das necessidades locais é relevante tanto para se obter vantagem competitiva, ao agregar valor às características e atributos específicos de cada território, como também para promover padrões de desenvolvimento mais sustentáveis, em termos sociopolíticos, econômicos e ambientais.

O aprendizado envolve a aquisição e a construção de diferentes tipos de conhecimentos, experiências, competências e habilidades, não se limitando a ter acesso a informações. Ou seja, não se trata de 'transferir' informação e conhecimento, mas de um processo de interação e comunicação, o qual resulta na construção de novos conhecimentos e informações. (ALBAGLI, 2006, p. 19).

Portanto, é imprescindível que se promovam ambientes propícios à geração, à incorporação e à disseminação de conhecimentos, para que se possa garantir a sobrevivência, a manutenção ou o aprimoramento dos indivíduos e também o desenvolvimento socioeconômico dos ambientes em que estes se inserem (ALBAGLI, 2006), uma vez que:

A participação ativa implica ter possibilidade e capacidade de decisão, ou seja, ter acesso à informação e ao conhecimento necessários à escolha e à identificação de soluções-respostas adequadas, ser socialmente reconhecida a decisão e ser exigida a responsabilização de quem decide. (ANDRÉ; ABREU, 2006, p. 133).

Righetto e Vitorino (2020) fazem uma ligação entre os princípios da inovação social e suas possíveis relações com a competência em informação, conforme se vê no Quadro 3.

Quadro 3: Competência em informação e relações com a inovação social e as sociedades do conhecimento

Princípios da inovação social / sociedades do conhecimento	Possíveis relações com a competência em informação
1) Igualdade de acesso à educação de qualidade para todos	O acesso à informação é um requisito necessário para alcançar a educação em larga escala. A competência em informação abrange as habilidades, técnicas e atitudes para acessar, avaliar e usar de maneira efetiva e ética os fornecedores de informações, mídia e outros provedores de conteúdos. Também se relaciona à educação de qualidade, uma vez que elucida a necessidade de uma definição ampliada para a alfabetização ao longo da vida
2) Multiculturalismo e aumento da expectativa de vida	Os meios de comunicação midiáticos e digitais, as bibliotecas e demais unidades de informação e transmissores de cultura são os motores propulsores da globalização cultural. Pela via da competência em informação promove-se o multiculturalismo e as habilidades para usar os meios de comunicação disponíveis na manifestação das expressões culturais e do diálogo e para analisar e avaliar criticamente a representação de várias culturas e povos pela mídia e outros provedores de conteúdos. Além disso, contribui para o aumento da expectativa de vida ao promover o diálogo inclusivo e tolerante às diferenças humanas.

3) Acesso universal da informação a todos e diminuição da desigualdade	O acesso amplo à informação por meio de políticas, leis e regulamentos só é efetivo se desenvolvidas as noções e habilidades necessárias para usufruir destas oportunidades. Ao desenvolver a competência em informação a pessoa também desenvolve habilidades necessárias para a asserção anterior e, conseqüentemente, para a diminuição da desigualdade informacional.
4) Liberdade de expressão e bem-estar individual	Da mesma forma, a competência em informação possibilita os cidadãos a defender a liberdade de expressão e a liberdade de imprensa, usando tais valores de forma ética, impulsionando o bem-estar individual e coletivo, como resultado.

Fonte: Righetto e Vitorino (2020, p. 44-45).⁶

Righetto e Vitorino (2020), com base em Farfus e Rocha (2007) e Capurro (2003), fazem ainda um paralelo entre os preceitos da inovação social com possíveis aplicações paradigmáticas na Ciência da Informação (CI) e na Competência em Informação (CoInfo), enfatizando, que a introdução de novos métodos de produção encontraria paralelo no paradigma físico da CI/CoInfo em relação ao aprendizado ao longo da vida e à implementação de produto (bem ou serviço) novo ou aprimorado, processo, ou um novo método organizacional nas práticas profissionais ou em relações externas. Para Righetto e Vitorino (2020), o paradigma cognitivo da CI/CoInfo, que envolve a necessidade de informação do usuário, tem ênfase na promoção da cidadania ativa e faria um paralelo com a articulação de uma ordem social que equilibre as necessidades

⁶ Adaptado de Unesco (2013) e Mulgan *et al.* (2007) pelos autores.

e inclinações pessoais dos indivíduos. Por fim, Righetto e Vitorino (2020) apresentam que o paradigma social da CI/CoInfo, que é a atuação social da informação, seria um paralelo com investimentos sociais tangíveis e mensuráveis, uma vez que “[...] a compreensão da natureza do processo de exclusão social é um passo essencial para se determinar ações e estratégias inclusivas” (MOULAERT *et al.*, 2005, p. 1978).

4 METODOLOGIA

O presente capítulo consiste em uma revisão sistemática de literatura com o objetivo de responder à questão se a competência em informação tem sido correlacionada à inovação social na literatura, a partir da premissa de que os processos e estratégias de desenvolvimento e inclusão social são indissociáveis das dinâmicas e políticas de informação, conhecimento e aprendizado. Na pesquisa, devido à polissemia encontrada na terminologia referente à competência em informação, foram utilizados a terminologia validada pela UNESCO: *information literacy*, *alfabetización informacional* e competência em informação (HORTON JÚNIOR, 2013).

A pesquisa foi realizada nas bases de dados de acesso aberto SciELO, BRAPCI e Redalyc em março de 2020, com os descritores: “*information literacy*” AND “*social innovation*”; “*alfabetización informacional*” AND “*innovación social*” e; “competência em informação” AND “inovação social”. Foram considerados critérios de inclusão artigos científicos citáveis e de acesso livre (*open access*), artigos publicados em português, inglês ou espanhol, sem filtro para área de periódico ou para período temporal; artigos e artigos de revisão que abordassem diretamente ou como tema transversal a competência em

informação e a inovação social. Como critérios de exclusão, artigos em que não constaram os termos “competência informacional”, “alfabetización informacional”, e/ou “information literacy” como parte do título, resumo e/ou das palavras-chave e/ou de suas respectivas traduções; artigos que não abordaram o tema da competência em informação e da inovação social em seu corpo; artigos repetidos.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nas bases de dados BRAPCI e SciELO, não houve ocorrências para nenhum dos descritores. Na base de dados Redalyc, houve inicialmente 5 artigos, tendo sido reduzidos para 3 artigos após a verificação dos critérios de inclusão e exclusão. O Quadro 4 sumariza os artigos obtidos a partir da seleção, autores e principais objetivos.

Quadro 4: Artigos obtidos na busca na base de dados Redalyc

Descritores	Ocor. (nº)	Autores	Objetivos
“information literacy” AND “social innovation”	1	Donato e Martín (2018)	Analisar como as imagens (representação e apropriação) são usadas em um projeto de inovação [social] em uma escola pública primária, localizada em um bairro periférico. Uma das prioridades do projeto é articular ações de formação de professores por meio do uso didático das imagens que são ou não produzidas no próprio bairro.

“alfabetización informacional” AND “innovación social”	2	Tarango e Rodríguez (2012)	Apresentar os esforços desenvolvidos em Cuba para contribuir com a preparação pedagógica e científica de profissionais para a área da saúde, contribuindo para a eficiência do trabalho. Para isso, foi desenvolvido um diagnóstico de necessidades e uma proposta de alfabetização digital da informação sobre conteúdos básicos, envolvidos no processo de resolução de problemas práticos na atividade de gestão da informação no setor da saúde.
		Reyes (2011)	Fornecer uma abordagem sobre a sociedade da informação na Costa Rica do que é esperado ao que realmente existe, fornecer uma visão dos diferentes aspectos que podem ser limitados no desenvolvimento e na entrega de políticas de informação que apoiem legalmente todos os componentes e ações que contribuem para o público em geral, a fim de aproveitar e maximizar as oportunidades e os

			benefícios do desenvolvimento individual e dos recursos coletivos que oferece a sociedade da informação.
“competência em informação” AND “inovação social”	0	--	--

Fonte: Elaboração própria (2020).

Enfatize-se que os artigos resultantes da busca demonstram, por um lado, temáticas referentes a políticas de inclusão social e de empoderamento e participação popular, que perpassam o acesso e o uso da informação. Os estudos concentraram-se prioritariamente nas premissas de igualdade de acesso à educação de qualidade e no acesso universal à informação, vinculadas à educação e alfabetização mediática ao longo da vida e à diminuição da desigualdade informacional, assim contribuindo para cidadania e participação social. Dessa forma, apesar do pequeno número de resultados para a busca, os estudos selecionados corroboram a premissa de que a competência em informação possui uma função social importante como um movimento de inovação social.

Acredita-se que uma das razões para a baixa ocorrência de artigos correlacionando a temática da competência em informação à inovação social é o fato de a inovação social ser um tema relativamente novo segundo Okano e Fernandes (2017) e o fato de a temática ser pouco abordada no Brasil, conforme Juliani *et al.* (2014) e Okano e Fernandes (2017). Como a presente pesquisa foi realizada nas bases de dados

brasileiras SciELO e BRAPCI e na base de dados mexicana Redalyc, esse ponto pode contribuir para a baixa ocorrência de artigos selecionados, uma vez que Okano e Fernandes (2017) verificaram em pesquisa bibliométrica realizada entre 1995 e 2015 na base de dados Scopus que os países com maior número de artigos entre 1995 e 2015 foram Reino Unido, Estados Unidos e Canadá, estando o Brasil com menos de 20 artigos publicados nesse período segundo o estudo.

Outro ponto de reflexão a ser considerado é o fato de a inovação social acontecer, principalmente, no âmbito do terceiro setor, em razão de pressão da sociedade civil, podendo ocorrer também em instituições públicas, por meio de políticas públicas, ou em instituições privadas, focadas em responsabilidade e empreendedorismo social. Dessa forma, a inovação social emerge, normalmente fora das instituições e frequentemente contra elas, sendo o resultado de mobilização informal de movimentos sociais e da sociedade civil em torno de um objetivo (ANDRÉ; ABREU, 2006).

Ao se correlacionar o estudo da inovação social à competência em informação, verifica-se que as discussões sobre a promoção da competência em informação no Brasil (ALMEIDA, 2014) e no exterior (REYNOLDS *et al.* 2017; REYNOLDS *et al.*, 2016; DETMERING *et al.*, 2015) são fortemente ligadas ao âmbito educacional. É necessário que essas discussões sejam extrapoladas para a dimensão de política pública permanente no país, conforme reforça Belluzzo (2018) que advoga que se deve inserir a competência em informação em um contexto maior de práticas de informação em geral. Para Belluzzo (2017), há a necessidade de atenção primária ao tema

da competência em informação no que tange à mobilização da sociedade civil organizada e dos órgãos governamentais. Com a pressão da sociedade por mudanças, espera-se o atingimento do objetivo de acesso mais igualitário à informação e ao conhecimento, a diminuição do abismo social e a transformação da realidade social.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo da premissa de que os processos e estratégias de desenvolvimento e inclusão social são indissociáveis das dinâmicas e políticas de informação, conhecimento, aprendizado e inovação, conforme buscou-se fundamentar no desenvolvimento do presente artigo, foi realizada uma busca em base de dados para se verificar se a competência em informação tem sido correlacionada à inovação social na literatura.

Os resultados, a partir da revisão de literatura, foram escassos para os descritores escolhidos nas bases de dados SciElo, Redalyc e BRAPCI. Percebeu-se, nos textos encontrados, a utilização do conceito de inovação social como sendo transversal aos estudos de competência em informação, o que pode significar que a temática vem sendo tratada sob outras roupagens, como, por exemplo, a inclusão social, o acesso à informação, políticas informacionais e práticas de participação cidadã que envolvam análise e uso de informação. Portanto, os estudos selecionados corroboram a premissa de que a competência em informação possui uma função social como um movimento de inovação social. Dessa forma, sugere-se que a temática possui um campo potencial de estudos, o que abre espaço para a sugestão de pesquisas futuras que objetivem

estudos exploratórios, documentais e empíricos sobre a competência em informação como inovação social para promoção de transformação social.

REFERÊNCIAS

ALBAGLI, S. Conhecimento, inclusão social e desenvolvimento local.

Inclusão Social, Brasília, v. 1, n. 2, p. 17-22, 2006. Disponível em:

<http://revista.ibict.br/inclusao/article/view/1514/1712>. Acesso em: 01 set. 2019.

ALMEIDA, R. O. Produção nacional sobre competência informacional.

Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis, v. 19, n. 1, p. 124-134, jan./jun, 2014. Disponível em:

https://revista.acbsc.org.br/racb/article/download/954/pdf_93. Acesso em: 13 fev. 2020.

ANDRÉ, I.; ABREU, A. Dimensões e espaços da inovação social.

Finisterra, Lisboa, XLI, v. 81, p. 121-141, 2006. Disponível em:

<https://revistas.rcaap.pt/finisterra/article/view/1465>. Acesso em: 15 fev. 2020.

ASSOCIATION OF COLLEGE AND RESEARCH LIBRARIES (ACRL).

Framework for information literacy for higher education, 2015.

Disponível em:

http://www.ala.org/acrl/sites/ala.org.acrl/files/content/issues/infolit/Framework_ILHE.pdf. Acesso em: 20 nov. 2019.

BELLUZZO, R. C. B. **A competência em informação no Brasil: cenários e espectros**. São Paulo: ABECIN Editora, 2018. Disponível em:

http://abecin.org.br/e-books/competencia_informacao/E-Book_Belluzzo.pdf. Acesso em: 15 fev. 2020.

BELLUZZO, R. C. B. O estado da arte da competência em informação

(CoInfo) no Brasil: das reflexões iniciais à apresentação e descrição de indicadores de análise. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e**

Documentação, São Paulo, v. 13, n. esp., p. 47-76, jan./jul. 2017.

Disponível em:

<https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/648/570>. Acesso em: 12 jan. 2020.

BERTIN, P. R. B.; LEITE, F. C. L.; PEREIRA, F. A. A informação em ciência e tecnologia como insumo para a inovação social: elementos para discussão. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 23., 2009, Bonito. **Anais [...]** Bonito: FEBAB, 2009. 11p. Disponível em:

<https://repositorio.unb.br/handle/10482/12143>. Acesso em: 16 fev. 2020.

BIGNETTI, L. P. A inovação sociais: uma incursão por ideias, tendências e focos de pesquisa. **Ciências Sociais Unisinos**, v. 47, n. 1, p. 3-14, 2011. Disponível em:

http://revistas.unisinos.br/index.php/ciencias_sociais/article/view/1040/235. Acesso em: 12 fev. 2019.

CALVOSANCHEZ, L. Los juegos cooperativos y el acceso a la información desde la extensión universitaria. **E-Ciencias de la Información**, San Pedro de Montes de Oca, v. 8, n. 1, p. 119-130, jan./jun. 2018. Disponível em:

<https://www.scielo.sa.cr/pdf/eci/v8n1/1659-4142-eci-8-01-119.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2020.

CORRÊA, E. C. D.; CASTRO JÚNIOR, O. V. Perspectivas sobre competência em informação: diálogos possíveis. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 47, n. 2, p. 35-51, maio/ago. 2018. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/4156/3792>. Acesso em: 21 nov. 2019.

DAGNINO, R. Ciência e tecnologia para o desenvolvimento local: uma proposta transformadora. **RDE: Revista de Desenvolvimento Econômico**, Ano VIII, n. 14, p. 43-52, jul. 2006. Disponível em: <https://revistas.unifacs.br/index.php/rde/issue/view/14>. Acesso em: 01 set. 2019.

DEMURO, P. *et al.* Organisations de la société civile, innovation sociale et gouvernance de la lutte contre la pauvreté dans le Tiers-Monde. **Mondes en Développement**, v. 35, n. 139, p. 25-42, 2007. Disponível em: https://www.cairn.info/article.php?ID_REVUE=MED&ID_NUMPUBLI=MED_139&ID_ARTICLE=MED_139_0025#. Acesso em: 14 fev. 2019.

DETMERING, R. *et al.* Library Instruction and Information Literacy 2014. **Reference Services Review**, v. 43, n. 4, p. 533-642, 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1108/RSR-07-2015-0037>. Acesso em: 14 fev. 2020.

DONATO, D.; MARTÍN, Á.S. Comprender los Medios, Transformar la Ciudad: un Proyecto Participativo de Formación del Profesorado. **Revista Interuniversitaria de Formación del Profesorado**, v. 32, n. 1, p. 43-55, 2018. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=27454937004>. Acesso em: 03 mar. 2020.

DRUCKER, P. **Sociedade pós-capitalista**. São Paulo: Pioneira, 1994.

DUDZIAK, E. A.; FERREIRA, S. M. S. P.; FERRARI, A. C. Competência Informacional e Midiática: uma revisão dos principais marcos políticos expressos por declarações e documentos. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 13, p. 213-253, jan. 2017. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/675>. Acesso em: 15 fev. 2020.

DUDZIAK, E. A. O bibliotecário como agente de transformação em uma sociedade complexa: integração entre ciência, tecnologia, desenvolvimento e inclusão social. **Ponto de Acesso**, Salvador, v. 1, n. 1, p. 88-98, jan./jun. 2007. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/1396/878>. Acesso em: 14 nov. 2019.

FORESTI, F. *et al.* A Economia Solidária em Ciência da Informação: interrelações e atuações possíveis. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 24, n. 2, 2018. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=465655178008>. Acesso em: 21 fev. 2020.

HATSCHBACH, M. H. L.; OLINTO, G. Competências em informação: caminhos percorridos e novas trilhas. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação: Nova Série**, São Paulo, v. 4, n. 1, p. 20-34, jan./jun. 2008. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/64/78>. Acesso em: 20 fev. 2020.

HORTON JÚNIOR, F. W. **Overview of Information Literacy Resources**. UNESCO, United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization. 2013. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000219667>. Acesso em: 20 fev. 2020.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS (IFLA); UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION (UNESCO). **Beacons of the Information Society: The Alexandria Proclamation on Information Literacy and Lifelong Learning**, Alexandria, 2005. In: HIGH-LEVEL COLLOQUIUM ON INFORMATION LITERACY AND LIFELONG LEARNING, 2005, Alexandria, Egypt. **Anais [...]** Alexandria: IFLA, 2005. Disponível em: <http://www.ifla.org/publications/beacons-of-the-information-society-the-alexandriaproclamation-on-information-literacy>. Acesso em: 30 dez. 2019.

JULIANI, D. P. *et al.* Inovação social: perspectivas e desafios. **Espacios**, Caracas, v. 35, n. 5, p. 23, 2014. Disponível em: <https://www.revistaespacios.com/a14v35n05/14350423.html>. Acesso em: 16 fev. 2020.

LLOYD, A. Recasting information literacy as sociocultural practice: implications for library and information science researchers. **Information Research**, v. 12, n. 4, 2007. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/d905/47e83b68f410dd35505f7753e3c5b17cdf32.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2019.

MARTIN VALDUNCIEL, M. E. Alfabetización informacional y biblioteca neoliberal: hacia un nuevo paradigma. Información, cultura y sociedade. **Revista del Instituto de Investigaciones Bibliotecológicas**, n. 39, p. 129-138, dez. 2018. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=263057241009>. Acesso em: 21 fev. 2020.

MOULAERT, F. *et al.* Towards Alternative Model(s) of Local Innovation. **Urban Studies**, v. 42, n. 11, p. 1969-1990, out. 2005. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1080/00420980500279893>. Acesso em: 13 fev. 2019.

OKANO, M. T.; FERNANDES, M. E. A importância da inovação social no contexto atual: uma pesquisa bibliométrica sobre a produção acadêmica dos últimos 20 anos. In: ENCONTRO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO EMPRESARIAL E MEIO AMBIENTE, 19., 2017, São Paulo. **Anais [...]** São Paulo: USP, 2017. Disponível em: <http://engemausp.submissao.com.br/19/anais/arquivos/216.pdf>. Acesso em: 20 maio 2020.

OTTONICAR, S. L. C.; VALENTIM, M. L. P.; FERES, G. G. Competência em informação e os contextos educacional, tecnológico, político e organizacional. **Revista Ibero-americana de Ciência da Informação**, Brasília, v. 9, n. 1, p. 124-142, jan./jun. 2016. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/view/2203/1956>. Acesso em: 15 jan. 2020.

REYES, R. R. Acercamiento a una Política de Información en Costa Rica. **Revista e-Ciencias de la Información**, v. 1, n. 2, pp. 1-19, jul./dez. 2011. Disponível em:

<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=476848734006>. Acesso em: 03 mar. 2020.

REYNOLDS, L. *et al.* Library Instruction and Information Literacy 2016. **Reference Services Review**, v. 45, n. 4, p. 596-702, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/RSR-08-2017-0028>. Acesso em: 14 fev. 2020.

REYNOLDS, L. *et al.* Library Instruction and Information Literacy 2015. **Reference Services Review**, v. 44, n. 4, p. 436-543, 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1108/RSR-08-2016-0051>. Acesso em: 14 fev. 2020.

RIGHETTO, G. G.; VITORINO, E. V. A competência em informação como movimento de inovação social. **Investigación Bibliotecológica**, v. 34, n. 82, p. 29-52, jan./mar. 2020. Disponível em: <http://rev-ib.unam.mx/ib/index.php/ib/article/download/58080/52031>. Acesso em: 09 mar. 2020.

TARANGO, J.; RODRÍGUEZ, Y. B. M. Diseño de acciones de alfabetización informacional en TIC para profesionales del Sector de la Salud en Cuba. **Revista Interamericana de Bibliotecología**, v. 35, n. 2, p. 173-187, 2012. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=179026369005>. Acesso em: 03 mar. 2020.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION (UNESCO). **Conceptual relationship of information literacy and media literacy in knowledge societies**, 2013a. Disponível em: http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/CI/CI/pdf/ws1s/WSIS_10_Event/WSIS_-_Series_of_research_papers_-_Conceptual_Relationship_between_Information_Literacy_and_Media_Literacy.pdf. Acesso em: 21 nov. 2019.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION (UNESCO). **Global Media and Information Literacy Assessment Framework: Country Readiness and Competencies**,

2013b. Disponível em:
<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000224655>. Acesso em:
21 nov. 2019.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION (UNESCO). **Understanding information literacy: A primer**. 2007. Disponível em:
<http://www.unesco.org/new/en/communication-andinformation/resources/publications-andcommunication-materials/publications/full-list/understanding-information-literacy-a-primer/>. Acesso em: 21 nov. 2019.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION (UNESCO). **Prague Declaration Towards an Information Literate Society**. Praga, 2003. Disponível em:
<http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/CI/CI/pdf/PragueDeclaration.pdf>. Acesso em: 26 fev. 2020.

VALENTIM, M. L. P.; JORGE, C. F. B.; CERETTA-SORIA, M. G. Contribuição da competência em informação para os processos de gestão da informação e do conhecimento. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 207-231, jul./dez. 2014. Disponível em:
<https://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/48642/32122>. Acesso em: 23 fev. 2020.

VITORINO, E. V.; PIANTOLA, D. Dimensões da competência informacional (2). **Ciência da Informação**, Brasília, v. 40, n. 1, p. 99-110, jan./abr. 2011. Disponível em:
<http://www.scielo.br/pdf/ci/v40n1/a08v40n1.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2020.

ZAPATA, C. B. *et al.* Desafíos de la Inclusión Digital: antecedentes, problemáticas y medición de la Brecha Digital de Género. **Psicología, Conocimiento y Sociedad**, Montevideo, v. 7, n. 2, p. 121-151, nov. 2017. Disponível em:
<http://www.scielo.edu.uy/pdf/pcs/v7n2/1688-7026-pcs-7-02-00121.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2020.